



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

**CONCURSO PÚBLICO REF.<sup>a</sup> CCP/2025/X**

**EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE 14 HABITAÇÕES  
DISPERSAS DO PARQUE HABITACIONAL DA REGIÃO  
AUTÓNOMA DOS AÇORES - ILHA TERCEIRA**

CADERNO DE ENCARGOS

*Homologado  
20.04.28  
Pamela*

Aprovado,

---



## ÍNDICE

<b>CLÁUSULAS GERAIS .....</b>	<b>3</b>
<b>CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>3</b>
Cláusula 1ª   Objeto .....	3
Cláusula 2ª   Disposições por que se rege o procedimento.....	3
Cláusula 3ª   Interpretação dos documentos que regem a empreitada .....	4
Cláusula 4ª   Esclarecimento de dúvidas.....	5
Cláusula 5ª   Projeto de execução.....	5
<b>CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE .....</b>	<b>5</b>
SECÇÃO I - PREPARAÇÃO E PLANEAMENTO DOS TRABALHOS .....	5
Cláusula 6ª   Preparação e planeamento da execução da obra .....	5
Cláusula 7ª   Plano de trabalhos ajustado .....	11
Cláusula 8ª   Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos.....	12
SECÇÃO II - PRAZOS DE EXECUÇÃO .....	12
Cláusula 9ª   Prazo de execução da empreitada .....	12
Cláusula 10ª   Cumprimento do plano de trabalhos.....	14
Cláusula 11ª   Sanções pecuniárias por violação dos prazos contratuais .....	14
Cláusula 12ª   Atos e direitos de terceiros .....	14
SECÇÃO III - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA.....	15
Cláusula 13ª   Condições gerais de execução dos trabalhos .....	15
Cláusula 14ª   Trabalhos complementares .....	15
Cláusula 15ª   Alterações ao projeto propostas pelo cocontratante.....	16
Cláusula 16ª   Menções obrigatórias e documentos patentes no local dos trabalhos .....	16
Cláusula 17ª   Ensaios.....	16
Cláusula 18ª   Medições .....	17
Cláusula 19ª   Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados.....	17
Cláusula 20ª   Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra .....	17
SECÇÃO IV - PESSOAL .....	18
Cláusula 21ª   Obrigações gerais.....	18
Cláusula 22ª   Horário de trabalho.....	18
Cláusula 23ª   Imputação de custos acrescidos por prestação de serviços em horas extraordinárias de fiscalização e coordenação de segurança em obra.....	19



Cláusula 24ª   Segurança, higiene e saúde no trabalho .....	19
SECÇÃO V - SEGUROS .....	20
Cláusula 25ª   Contratos de seguro .....	20
Cláusula 26ª   Objeto dos contratos de seguro.....	20
<b>CAPÍTULO III - REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO .....</b>	<b>21</b>
Cláusula 27ª   Representação do cocontratante.....	21
Cláusula 28ª   Representação do contraente público .....	22
Cláusula 29ª   Livro de registo da obra .....	22
<b>CAPÍTULO IV - OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO .....</b>	<b>22</b>
Cláusula 30ª   Preço e condições de pagamento .....	22
Cláusula 31ª   Reforço de caução.....	24
Cláusula 32ª   Adiantamentos e reembolso .....	24
Cláusula 33ª   Mora no pagamento.....	25
Cláusula 34ª   Revisão de preços .....	25
<b>CAPÍTULO V - RECEÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA OBRA .....</b>	<b>26</b>
Cláusula 35ª   Receção provisória .....	26
Cláusula 36ª   Prazo de garantia .....	26
Cláusula 37ª   Receção definitiva .....	26
Cláusula 38ª   Restituição de quantias retidas e liberação da caução.....	27
<b>CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS.....</b>	<b>27</b>
Cláusula 39ª   Deveres de colaboração recíproca e informação .....	27
Cláusula 40ª   Subcontratação e cessão da posição contratual .....	27
Cláusula 41ª   Comunicações .....	28
Cláusula 42ª   Foro competente .....	29
Cláusula 43ª   Legislação aplicável.....	29
Cláusula 44ª   Documentação anexa.....	29



## CLÁUSULAS GERAIS

### Capítulo I - DISPOSIÇÕES INICIAIS

#### Cláusula 1ª | Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar que tem por objeto a "EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE 14 HABITAÇÕES DISPERSAS DO PARQUE HABITACIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ILHA TERCEIRA", nos concelhos de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, composto pelos seguintes lotes:

LOTE 1 – constituído pelos seguintes imóveis:

- 1.1 Às nove, n.º 5, (Grotta do Carneirinho) - Santa Bárbara - Angra do Heroísmo;
- 2.1 Caminho de Cima, n.º 20, (Canada do Terreiro) - Santa Bárbara - Angra do Heroísmo;
- 3.1 Ao Salto, n.º 78, (Quebradas) - São Bartolomeu - Angra do Heroísmo;
- 4.1 Canada do Passal, n.º 10 - São Mateus - Angra do Heroísmo.

LOTE 2 – constituído pelos seguintes imóveis:

- 1.2 Chafariz Velho, n.º 25, (Ladeira Branca) - Santa Luzia - Angra do Heroísmo;
- 2.2 Canada Ponta Gorda, n.º 10, (Cam. da Esperança) - Porto Judeu- Angra do Heroísmo;
- 3.2 Terreiro do Paço, n.º 29 - Ribeirinha - Angra do Heroísmo;
- 4.2 São Luís, n.º 373 - São Bento - Angra do Heroísmo.

LOTE 3 – constituído pelos seguintes imóveis:

- 1.3 Canada das Fontinhas, n.º 34 – Fontinhas - Praia da Vitória;
- 2.3 Canada das Fontinhas, n.º 40 – Fontinhas - Praia da Vitória;
- 3.3 Pedreiras, n.º 30, (Canada da Furna) - Lajes - Praia da Vitória;
- 4.3 Rua do Picão, n.º 22 - Lajes - Praia da Vitória;
- 5.3 Canada da Vista, n.º 49 - Quatro Ribeiras - Praia da Vitória;
- 6.3 Canada Grande, n.º 28 - Aqualva - Praia da Vitória.

#### Cláusula 2ª | Disposições por que se rege o procedimento

1. A execução do contrato obedece:

- a) Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
- b) Ao Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2017/A, de 13 de abril, que aprovou o Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, doravante designado por RJCPRAA;
- c) Ao Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua última redação;





- d) À Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, alterada pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho;
  - e) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro e respetiva legislação complementar;
  - f) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
  - g) Às regras da arte.
2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP:
- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. A entidade adjudicante pode excluir expressamente do contrato os termos ou condições constantes da proposta adjudicada que se reportem a aspetos da execução do contrato não regulados pelo caderno de encargos e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

### **Cláusula 3ª | Interpretação dos documentos que regem a empreitada**

1. Em caso de divergência entre o caderno de encargos e o projeto de execução, prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra.
2. No caso de divergência entre as várias peças do projeto de execução:
- a) As peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes;
  - b) As folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respetivos mapas resumo de quantidades de trabalhos prevalecem sobre quaisquer outros no que se refere à natureza e quantidade dos



trabalhos, sem prejuízo do disposto no artigo 50.º do CCP, e sem prejuízo da remissão direta que estes elementos fizerem para outras peças;

- c) Em tudo o mais prevalece o que constar da memória descritiva e das restantes peças do projeto de execução.

#### Cláusula 4ª | **Esclarecimento de dúvidas**

1. As dúvidas que o cocontratante tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidos ao diretor de fiscalização da obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o cocontratante submetê-las imediatamente ao diretor de fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. O incumprimento do disposto nos números anteriores torna o cocontratante responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido.

#### Cláusula 5ª | **Projeto de execução**

1. O projeto de execução, por lote, para a realização da empreitada é o patenteado no procedimento, constituído por peças escritas e desenhadas.
2. Não é admitida a apresentação de variantes aos projetos ou partes deles.
3. A obrigatoriedade da revisão prévia do projeto de execução, prevista no n.º 2 do artigo 43.º do CCP, foi dispensada ao abrigo do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 108/2024, de 18 de dezembro.

### Capítulo II - **OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE**

#### Secção I - **Preparação e planeamento dos trabalhos**

#### Cláusula 6ª | **Preparação e planeamento da execução da obra**

1. O cocontratante é responsável:
  - a) Perante o contraente público pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;
  - b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea w) do n.º 4 da presente cláusula.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

2. A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, competem ao cocontratante.

3. O cocontratante tem obrigação de realizar, a expensas suas, todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:

- a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro, incluindo as correspondentes instalações, redes provisórias de água, de esgotos, de eletricidade, redes de dados e de meios de telecomunicações, vias internas de circulação e respetivos encargos de utilização e consumo;
- b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subcocontratantes e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;
- c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;
- d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste;
- e) O levantamento, guarda, conservação e reposição de cabos, canalizações e outros elementos encontrados nas escavações e cuja existência se encontre assinalada nos documentos que fazem parte integrante do contrato ou pudesse verificar-se por simples inspeção do local da obra à data da realização da proposta;
- f) O transporte e remoção, para fora do local da obra ou para locais especificamente indicados pelo cocontratante, dos produtos de escavação ou resíduos de limpeza;
- g) A reconstrução ou reparação dos prejuízos que resultem das demolições a fazer para a execução da obra;
- h) Os trabalhos de escoamento de águas que afetem o estaleiro ou a obra e que se encontrem previstos no projeto ou sejam previsíveis pelo cocontratante quanto à sua existência e quantidade à data da apresentação da proposta, quer se trate de águas pluviais ou de esgotos quer de águas de condutas, de valas, de rios ou outras;
- i) A conservação das instalações que tenham sido cedidas pelo contraente público ao cocontratante com vista à execução da empreitada;
- j) A reposição dos locais onde se executaram os trabalhos em condições de não lesarem legítimos interesses ou direitos de terceiros ou a conservação futura da obra, assegurando o bom aspeto geral e a segurança dos mesmos locais;



- k) A submissão à aprovação do diretor de fiscalização, antes do início da execução dos trabalhos da empreitada, dos métodos de controlo dimensional que propõe para a implantação da obra, a sua construção e verificação de que satisfazem o rigor exigido, assim como dos equipamentos, materiais e elementos de construção a empregar na obra, nos termos seguintes:
- i. O cocontratante deverá assegurar a coordenação do rigor dimensional especificado ou acordado com os requisitos de qualquer subcocontratante ou fornecedor e deverá notificar o diretor de fiscalização da existência de alguma discrepância, antes de o trabalho correspondente ter início;
  - ii. O cocontratante é responsável pelas qualidades, dimensões, formas e demais características dos equipamentos, materiais e elementos de construção definidos nas peças escritas e desenhadas do projeto e nos restantes documentos contratuais, com as tolerâncias normalizadas ou admitidas nos mesmos documentos;
  - iii. Sempre que o projeto e os restantes documentos contratuais não fixem as respetivas características, o cocontratante não poderá empregar equipamentos, materiais ou elementos de construção que não correspondam às características da obra ou que sejam de qualidade inferior aos usualmente empregues em obras que se destinem a idêntica utilização;
  - iv. No caso de dúvida quanto aos materiais e elementos de construção a empregar nos termos dos números anteriores, devem observar-se as normas portuguesas em vigor, desde que compatíveis com o direito comunitário ou, na falta desta, as normas utilizadas na União Europeia;
  - v. O cocontratante proporá, por escrito, ao diretor de fiscalização a aprovação dos materiais ou elementos de construção escolhidos. Esta proposta deverá ser apresentada, de preferência, no período de preparação e planeamento da empreitada e sempre de modo que as diligências de aprovação não comprometam o cumprimento do plano de trabalhos nem o prazo em que o Contraente Público se deverá pronunciar;
  - vi. As variações nos materiais especificados ou demonstrados nos desenhos podem vir a ser permitidas se o cocontratante enviar detalhes completos da sua proposta antes de a obra em questão ter início. Esses detalhes serão sujeitos a aprovação do contraente público. Todos os dados para aprovação devem ser acompanhados por provas que demonstrem que o material está de acordo com os requisitos do caderno de encargos;
  - vii. O cocontratante poderá apresentar proposta de alteração de equipamentos, materiais ou elementos de construção fixados no projeto e nos restantes documentos contratuais, nomeadamente quando entenda que os mesmos não são tecnicamente aconselháveis ou as mais convenientes, desde que, por escrito, fundamente tal pedido, o qual deverá ser acompanhado com todos os elementos técnicos necessários para a aplicação dos novos materiais e elementos de construção e para a





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

execução dos trabalhos correspondentes, bem como da alteração de preços a que a aplicação daqueles materiais e elementos de construção possa dar lugar;

viii. Sempre que o contraente público ou o cocontratante o julguem necessário, este último apresentará amostras de materiais ou elementos de construção a utilizar, nos termos definidos na cláusula sétima do presente caderno de encargos.

- l) A remoção e limpeza pelo cocontratante, do local dos trabalhos e estaleiro, dos restos de materiais ou elementos de construção, entulhos, equipamento, andaimes e tudo o mais que tenha servido para a sua execução, no prazo máximo de 10 dias contados da data de receção provisória total;
- m) A manutenção, durante todo o prazo da empreitada, do local da obra e estaleiro limpo e organizado, disponibilizando para esse efeito as equipas de pessoal e equipamento necessárias, a seu encargo;
- n) A obrigação da obtenção de licenças e autorizações, à sua custa, nomeadamente para tapumes e ligações de redes de abastecimento de água, de esgotos e de energia elétrica, junto das entidades competentes, assim como a construção, a manutenção e a exploração das redes provisórias de abastecimento de água, de esgotos e de energia elétrica, por inclusão dos respetivos encargos nos preços por ele propostos em sede de proposta;
- o) O fornecimento, montagem e utilização das máquinas, aparelhos, utensílios, ferramentas, montagem e desmontagem de andaimes, coberturas, meios de suspensão ou outras estruturas provisórias necessárias à boa execução dos trabalhos são, ainda, seu encargo. O equipamento referido deve satisfazer, quer quanto às suas características quer quanto ao seu funcionamento, ao estabelecido nas leis e regulamentos de segurança aplicáveis. Todos os equipamentos a utilizar em obra devem ser certificados pelo importador ou pelo fabricante, devendo ser assegurada a manutenção das suas boas condições de funcionamento, para o que serão integralmente cumpridos os procedimentos de operação e manutenção recomendados pelos fabricantes;
- p) A utilização de estruturas provisórias, metálicas, em bom estado de conservação, não sendo permitida a utilização destas ou dos seus acessórios desde que apresentem ferrugem;
- q) Quando se verificar a necessidade de trabalhos de proteção não definidos no projeto de execução, o cocontratante avisará o contraente público em conformidade, propondo as medidas a tomar e interromperá os trabalhos afetados, até decisão daquele. Neste caso e estando envolvidos interesses de terceiros, o Contraente Público procederá aos contactos necessários com as entidades envolvidas a fim de decidir das medidas a tomar;
- r) A realização pelo cocontratante e à sua custa dos trabalhos de demolição que se encontrem previstas no projeto de execução, bem como a remoção completa, para fora do local da obra ou para os locais apropriados, de todos os materiais e entulhos, excetuando apenas o que o contraente público autorize a deixar no terreno;



- s) A tomada das precauções necessárias pelo cocontratante com vista a assegurar, em boas condições, o desmonte e a conservação dos materiais e elementos de construção especificados no projeto de execução, os quais são propriedade do contraente público, sendo responsável por todos os danos que eventualmente venham a sofrer;
- t) A remoção completa, pelo cocontratante, para fora do local da obra ou para os locais definidos no projeto de execução, dos produtos resultantes dos trabalhos referidos no parágrafo anterior;
- u) Para quaisquer componentes ou conjuntos a serem integrados na obra, deverá fornecer, pelo menos, os suportes temporários e/ou escoramentos recomendados pelo fabricante ou fornecedor;
- v) A apresentação do estudo do estaleiro e das instalações provisórias para aprovação pelo contraente público no prazo de 15 dias a contar da data da consignação, nos termos seguintes:
  - i. O cocontratante deve dar especial cuidado à organização do estaleiro de forma a evitar perturbações na zona urbana contígua, caso exista. Todos os equipamentos e materiais afetos à obra devem estar perfeitamente acondicionados na zona de estaleiro e da obra;
  - ii. O cocontratante deve providenciar a restituição e recuperação das condições existentes à data do início da implantação do estaleiro, nas áreas ocupadas pelo mesmo, acessos e aterros temporários;
  - iii. O estaleiro deve contemplar uma correta recolha e depuração das águas pluviais, de lavagem, redução de emissões de poeiras, recolha e deposição adequada dos resíduos;
  - iv. São interditas quaisquer descargas de betumes, óleos, lubrificantes, combustíveis, produtos químicos e outros materiais residuais. Na exploração do estaleiro o cocontratante deve implementar uma organização e funcionamento que permita evitar o derrame destes produtos, colocando os produtos em contentores específicos para o respetivo encaminhamento para os locais adequados. Em caso de derrame accidental, deve ser feita a recolha imediata destes e implementar todas as medidas tecnicamente adequadas a minimizar o impacte ambiental causado;
  - v. É interdita a emissão dos efluentes dos esgotos do estaleiro para a água ou para o solo sem o devido tratamento. Deve ser garantido o destino final adequado das águas residuais produzidas no estaleiro e a recolha imediata de hidrocarbonetos derramados provenientes dos equipamentos afetos à obra;
  - vi. Os trabalhos necessários à vedação da área de intervenção e a posterior limpeza de todas as áreas ocupadas, correm por conta do cocontratante;
  - vii. O cocontratante é obrigado a proteger eficazmente o estaleiro, as edificações, arruamentos e redes de infraestruturas existentes, bem como as circulações de pessoas e viaturas;
  - viii. Na execução das vedações o cocontratante terá em conta a existência das redes de infraestruturas. O cocontratante tomará as medidas preventivas para que as redes que existem no local não sejam danificadas durante a execução das obras, nomeadamente em trabalhos de movimentação de





terras e de todos os materiais e equipamentos. Incluem-se, ainda, todos os trabalhos que sejam necessários efetuar no âmbito da manutenção das redes;

- ix. Não serão cedidos ao cocontratante quaisquer locais passíveis de instalação do estaleiro;
  - x. O cocontratante deverá proceder à limpeza regular dos acessos e da área afeta à obra, sobretudo quando forem vertidos materiais de construção ou residuais da obra, e interditará a realização de queimas a céu aberto de qualquer tipo de resíduo;
  - xi. O cocontratante deverá, ainda, assegurar a rega controlada e regular da área afeta à obra e nos locais onde possa ocorrer a produção, acumulação e suspensão de poeiras, nomeadamente em dias secos e ventosos;
  - xii. A limpeza, conservação e manutenção em funcionamento de todas as instalações que são da responsabilidade do cocontratante até à conclusão da obra.
- w) A elaboração do Plano de Segurança e Saúde (PSS) em obra que terá de prever a execução de todos os trabalhos e implementação das medidas previstas nas normas e regulamentos em vigor sobre a Segurança e Saúde, quer para o estaleiro quer para os trabalhos constantes na obra, incluindo todos os fornecimentos e montagem de equipamentos, assim com a realização e apresentação de toda a documentação e compilação técnica.
4. A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem as etapas a seguir discriminadas, estabelecendo-se para cada uma os prazos para a realização dos atos associados:
- a) A apresentação pelo cocontratante ao contraente público de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada - **30 dias contados da consignação**;
  - b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo contraente público - **30 dias após a receção do pedido de esclarecimento**;
  - c) A apresentação pelo cocontratante de reclamações relativamente a erros e omissões do projeto ainda que pudessem objetivamente ter sido detetados na fase de formação do contrato, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 50.º do CCP, bem como as reclamações referentes a erros e omissões do projeto detetados nessa fase da obra - **nos termos previstos nos n.ºs 3 a 5 do artigo 378.º do CCP**;
  - d) A apreciação e decisão do contraente público das reclamações a que se refere a alínea anterior - **30 dias após a apresentação das reclamações**;
  - e) O estudo e definição pelo cocontratante dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos - **15 dias contados da consignação**;
  - f) A elaboração de documento do qual conste o desenvolvimento prático do plano de segurança e saúde, devendo analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo cocontratante - **15 dias após a data da celebração do contrato**;



- g) A apresentação pelo cocontratante dos desenhos de construção, dos pormenores de execução e dos elementos do projeto que lhe competir elaborar - **15 dias contados da consignação**;
- h) A aprovação pelo contraente público dos documentos referidos nas alíneas e), f), g) e h) - **15 dias e 5 dias após a receção dos documentos referidos na alínea e) e f), respetivamente, e 30 dias após a receção dos restantes documentos.**

#### Cláusula 7ª | Plano de trabalhos ajustado

1. No prazo não superior a 10 dias a contar da data da celebração do contrato, o contraente público pode apresentar ao cocontratante um plano final de consignação, que densifique e concretize o plano inicialmente apresentado para efeitos de elaboração da proposta.
2. No prazo de 10 dias a contar da data da notificação do plano final de consignação, deve o cocontratante, quando tal se revele necessário, apresentar, nos termos e para os efeitos do artigo 361.º do CCP, o plano de trabalhos ajustado e o respetivo plano de pagamentos, observando na sua elaboração a metodologia fixada no presente caderno de encargos.
3. Na ausência de plano final de consignação, no prazo de 15 dias a contar da data da notificação da consignação, deve o cocontratante, quando tal se revele necessário, apresentar, nos termos e para os efeitos do artigo 361.º e 361.º A do CCP, o plano de trabalhos ajustado e o respetivo plano de pagamentos, observando na sua elaboração a metodologia fixada no presente caderno de encargos.
4. O plano de trabalhos ajustado não pode implicar a alteração do preço contratual, nem a alteração do prazo de conclusão da obra, nem ainda alterações aos prazos parciais definidos no plano de trabalhos constante do contrato, para além do que seja estritamente necessário à adaptação do plano de trabalhos ao plano final de consignação.
5. O plano de trabalhos ajustado deve, nomeadamente:
  - a) Definir com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação;
  - b) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
  - c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
  - d) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.





6. O plano de pagamentos deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo cocontratante, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo contraente público, de acordo com o plano de trabalhos ajustado.

#### **Cláusula 8ª | Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos**

1. O contraente público pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.
2. No caso previsto no número anterior, o cocontratante tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, se for caso disso, em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de 30 dias a contar da data da notificação da mesma, que deve conter os elementos referidos no n.º 3 do artigo 354.º do CCP.
3. E quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao cocontratante, deve este apresentar ao contraente público um plano de trabalhos modificado.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares/parciais vinculativos, o contraente público pode notificar o cocontratante para apresentar, no prazo de 10 dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.
5. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 373.º do CCP, o contraente público pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo cocontratante ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 da presente cláusula no prazo de 15 dias, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.
6. Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, o plano de trabalhos modificado apresentado pelo cocontratante deve ser aceite pelo contraente público desde que dele não resulte prejuízo para a obra ou prorrogação dos prazos de execução.
7. Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

### **Secção II - Prazos de execução**

#### **Cláusula 9ª | Prazo de execução da empreitada**

1. O cocontratante obriga-se a:
  - a) Iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total ou na primeira consignação parcial ou ainda da data em que o contraente público comunique ao cocontratante a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior, sem prejuízo do plano de trabalhos aprovado;



- b) Concluir a execução da obra e solicitar a realização de vistoria da obra para efeitos da sua receção provisória no prazo contratual apresentado na proposta adjudicada, a contar da data da sua consignação ou da data em que o contraente público comunique ao cocontratante a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior. Os prazos máximos da empreitada são:
- b1) LOTE 1 – 270 (duzentos e setenta) dias;
  - b2) LOTE 2 – 270 (duzentos e setenta) dias;
  - b3) LOTE 3 – 270 (duzentos e setenta) dias.
2. No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor que sejam imputáveis ao cocontratante, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.
3. Para além do disposto na Cláusula 23ª deste caderno de encargos, quando o cocontratante, justificadamente, pretenda executar trabalhos fora das horas regulamentares ou por turnos, deve obter previamente a autorização do contraente público e de outras entidades competentes, se aplicável, sendo-lhe exigido o pagamento dos acréscimos de custos das horas suplementares de serviço a prestar pelos elementos da fiscalização, nos termos da Cláusula 24ª do presente caderno de encargos.
4. Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao cocontratante.
5. Se houver lugar à execução de trabalhos complementares cuja execução prejudique o normal desenvolvimento do plano de trabalhos e desde que o cocontratante o requeira e tenha em conta o estabelecido na cláusula 14ª, o prazo para a conclusão da obra será prorrogado nos seguintes termos:
- a) Sempre que se trate de trabalhos da mesma espécie de outros previstos no contrato e a executar em condições semelhantes, são aplicáveis o preço contratual e os prazos parciais de execução previstos no plano de trabalhos para essa espécie de trabalhos;
  - b) Quando os trabalhos forem de espécie diversa ou da mesma espécie de outros previstos no contrato mas a executar em condições diferentes, deve o empreiteiro apresentar uma proposta de preço e de prazo de execução.
6. Nos casos previstos na alínea b) do número anterior, o cocontratante deve apresentar ao contraente público uma proposta de preço e de prazo de execução dos trabalhos complementares, no prazo de 10 dias a contar da data da receção da ordem de execução dos mesmos.
7. O contraente público dispõe de 15 dias para se pronunciar sobre a proposta do cocontratante, podendo, em caso de não-aceitação da mesma, apresentar uma contraproposta. Caso este não efetue nenhuma comunicação ao cocontratante dentro do prazo referido, considera-se que a proposta deste foi aceite.
8. Na falta de acordo quanto ao cálculo da prorrogação do prazo contratual previsto na cláusula anterior, proceder-se-á de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 373.º do CCP.





9. Sempre que ocorra suspensão dos trabalhos não imputável ao cocontratante, considerar-se-ão automaticamente prorrogados, por período igual ao da suspensão, o prazo global de execução da obra e os prazos parciais que, previstos no plano de trabalhos em vigor, sejam afetados por essa suspensão.
10. A consignação dos trabalhos ocorre no prazo legal máximo de 30 dias contados da data de início da vigência do contrato.

#### **Cláusula 10ª | Cumprimento do plano de trabalhos**

1. O cocontratante informa semanalmente o diretor de fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor.
2. Quando os desvios assinalados pelo cocontratante, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.
3. No caso de o cocontratante retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no n.º 4 da Cláusula 11ª.

#### **Cláusula 11ª | Sanções pecuniárias por violação dos prazos contratuais**

1. Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao cocontratante, o contraente público pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1‰ do preço contratual.
2. Em caso de atraso na realização da consignação ou na apresentação do desenvolvimento prático do plano de segurança e saúde por facto imputável ao cocontratante, o contraente público pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1‰ do preço contratual.
3. Em caso de incumprimento de prazos parciais vinculativos de execução da obra por facto imputável ao cocontratante, é aplicável o disposto no n.º 1, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.
4. O cocontratante tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais vinculativos de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do contrato.

#### **Cláusula 12ª | Atos e direitos de terceiros**

1. Sempre que o cocontratante sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de o contraente público ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.
2. No caso de os trabalhos a executar pelo cocontratante serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o cocontratante, se disso tiver ou dever ter conhecimento,



comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

### Secção III - Condições de execução da empreitada

#### Cláusula 13ª | Condições gerais de execução dos trabalhos

1. A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas.
2. Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o cocontratante fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da Cláusula 2.ª.
3. O cocontratante pode propor ao contraente público, mediante consulta ao autor do projeto, a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra.

#### Cláusula 14ª | Trabalhos complementares

1. São trabalhos complementares os que reúnam os pressupostos e requisitos previstos no artigo 370.º do CCP, sem prejuízo das especificidades previstas no RJCPRAA.
2. O cocontratante tem a obrigação de executar os trabalhos complementares, desde que tal lhe seja ordenado por escrito pelo contraente público e, quando necessário, lhe sejam entregues as alterações aos elementos da solução da obra necessárias à sua execução.
3. Nos casos de trabalhos complementares que originem a apresentação pelo cocontratante de uma proposta de preço e de prazo, nos termos do n.º 2 do art.º 373.º do CCP, este deve identificar se as atividades prejudicam o normal desenvolvimento do plano de trabalhos e qual o impacto no prazo total da mesma ou se, diversamente, sendo uma atividade indispensável à realização da obra, não interfere com este prazo total de execução.
4. O cocontratante deve comunicar ao diretor de fiscalização da obra quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos, bem como das ordens, avisos e notificações recebidas.
5. O cocontratante tem a obrigação de executar todos os trabalhos complementares que tenham por finalidade o suprimento de erros e omissões que lhe sejam ordenados pelo contraente público, obedecendo este suprimento e a sua responsabilidade ao regime definido nos art.º 378.º e 50.º do CCP, bem como, no presente caderno de encargos.





#### **Cláusula 15ª | Alterações ao projeto propostas pelo cocontratante**

1. Sempre que o cocontratante propuser qualquer alteração ao projeto, obriga-se a apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.
2. Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos, especificações de qualidade da mesma e respetivos termos de responsabilidade dos autores da alteração ao projeto.
3. Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao projeto propostas pelo Cocontratante sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo contraente público e apreciadas pelo autor do projeto de execução no âmbito da assistência técnica que a este compete.

#### **Cláusula 16ª | Menções obrigatórias e documentos patentes no local dos trabalhos**

1. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o cocontratante deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do contraente público e do cocontratante, com menção do respetivo alvará ou número de certificado de empreiteiro de obras públicas e manter cópia dos alvarás ou certificados de empreiteiro de obras públicas dos subcontratados, quando aplicável.
2. O cocontratante deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.
3. O cocontratante obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.
4. Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.
5. O cocontratante obriga-se, também, a ter patente no local da obra cópia das apólices de seguro previstas neste caderno de encargos e na legislação aplicável, bem como cópia do recibo de pagamento do respetivo prémio.

#### **Cláusula 17ª | Ensaios**

1. Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados nas peças do procedimento e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do cocontratante.
2. Quando o contraente público tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios que se justifiquem, para além dos previstos.
3. No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do cocontratante, as despesas com os mesmos ensaios



e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do contraente público.

#### **Cláusula 18ª | Medições**

1. As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projeto e os trabalhos não devidamente ordenados pelo contraente público são feitas no local da obra com a colaboração do cocontratante e são formalizados em auto.
2. As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao oitavo dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam.
3. Os métodos e os critérios a adotar para a realização das medições respeitam a seguinte ordem de prioridades:
  - a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
  - b) As normas definidas no projeto execução;
  - c) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
  - d) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o contraente público e o cocontratante.

#### **Cláusula 19ª | Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados**

1. Salvo no que respeite a materiais e elementos de construção que sejam fornecidos pelo contraente público, correm inteiramente por conta do cocontratante os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.
2. No caso de o contraente público ser demandado por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, terá direito de regresso contra o cocontratante, indemnizando-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

#### **Cláusula 20ª | Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra**

1. O contraente público reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.
2. Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o diretor de fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução do contrato ou outros prejuízos.
3. Quando o cocontratante considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua





reclamação no prazo de 10 dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.

4. No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354.º do CCP.

#### **Cláusula 21.º | Telas finais**

1. Sempre que haja alterações nos trabalhos previstos que envolvam modificações nos projetos dos edifícios e/ou arranjos exteriores, o empreiteiro terá que apresentar Telas Finais dessas modificações.

2. Até à data da receção provisória, o empreiteiro entrega ao dono da obra uma coleção atualizada em papel de todos os desenhos referidos no número anterior e o mesmo em formato digital editável (DWG) e não editável (PDF), nomeadamente os referentes aos projetos de arquitetura, arranjos exteriores, traçados das redes de águas e esgotos, eletricidade, telecomunicações, ventilação, climatização, etc.

### **Secção IV - Pessoal**

#### **Cláusula 21ª | Obrigações gerais**

1. São da exclusiva responsabilidade do cocontratante as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.

2. O cocontratante deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do Contraente Público, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do contraente público, do cocontratante, dos subcontratantes ou de terceiros.

3. A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o cocontratante o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.

4. As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

#### **Cláusula 22ª | Horário de trabalho**

O cocontratante pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização do contraente público e de todas as entidades competentes, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao diretor de fiscalização da obra.



**Cláusula 23ª | Imputação de custos acrescidos por prestação de serviços em horas extraordinárias de fiscalização e coordenação de segurança em obra**

1. Nos termos da cláusula anterior, sempre que o cocontratante pretenda laborar para além do horário normal de trabalho ou por turnos, deve obter, previamente, a autorização do contraente público e de todas as entidades competentes, quando legalmente aplicável, sendo requisito obrigatório a permanência em obra, pelo período de trabalho do cocontratante, do Engenheiro Fiscal Residente, do Coordenador de Segurança em Obra e de todos os outros elementos da fiscalização cuja presença se entenda necessária.
2. Constituindo um trabalho extra da equipa de fiscalização e coordenação de segurança em obra, que implica um custo acrescido por trabalho complementar prestado em regime extraordinário, deve o cocontratante ressarcir o contraente público dos custos associados às horas extraordinárias, acrescidos do IVA à taxa legalmente aplicável, e que serão devidos àquela prestadora de serviços.
3. O pagamento ao contraente público tem periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado pelo número de horas prestado, em regime extraordinário, pelo Engenheiro Fiscal Residente, pelo Coordenador de Segurança em Obra e pelos restantes elementos da fiscalização, em conformidade com o nº 1, no mês imediatamente anterior.
4. Para efeitos do cálculo referido no número anterior, será utilizada a respetiva tabela de honorários constante da proposta adjudicada àquela prestadora de serviços.
5. Após a apresentação da fatura pelo contraente público, o cocontratante é obrigado a efetuar o seu pagamento ao contraente público no prazo máximo de 30 dias.

**Cláusula 24ª | Segurança, higiene e saúde no trabalho**

1. O cocontratante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, bem como a outras pessoas intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores e visitantes autorizados, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.
2. O cocontratante é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
3. No caso de negligência do cocontratante no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa daquele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do cocontratante.
4. Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor de fiscalização da obra o exija, o cocontratante apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no presente caderno de encargos e na legislação em vigor.
5. O cocontratante responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra e às





peças intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores e visitantes autorizados.

## Secção V - Seguros

### Cláusula 25ª | Contratos de seguro

1. O cocontratante e os subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, as apólices de seguro previstas neste caderno de encargos e na legislação aplicável, devendo exibir cópia das mesmas, bem como do recibo de pagamento do respetivo prémio, na data da consignação.
2. O cocontratante é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.
3. O contraente público pode exigir, em qualquer momento, cópias das apólices e dos recibos de pagamento dos prémios dos seguros previstos na presente secção ou na legislação aplicável, não sendo admitida a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição destes documentos.
4. Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas constituem encargo único e exclusivo do cocontratante e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.
5. Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do cocontratante perante o contraente público e perante a lei.
6. Em caso de incumprimento por parte do cocontratante das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o contraente público reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou que tenha suportado.
7. O cocontratante obriga-se a manter as apólices de seguro válidas até à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares que em cada momento estejam afetos à obra ou ao estaleiro, até à data em que deixem de o estar.

### Cláusula 26ª | Objeto dos contratos de seguro

1. O empreiteiro obriga-se a celebrar um **contrato de seguro de acidentes de trabalho**, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo de que o pessoal contratado pelos subempreiteiros se encontra igualmente abrangido por seguro de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.
2. O cocontratante obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros ou de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem



como a apresentar comprovativo de que os veículos afetos à obra pelos subcocontratantes se encontram igualmente segurados.

3. O cocontratante obriga-se, ainda, a celebrar um contrato de seguro destinado a cobrir os danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar na obra, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamento fixos ou móveis

4. No caso dos bens imóveis referidos no número anterior, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor patrimonial.

5. O capital a garantir no que se refere ao seguro de responsabilidade civil automóvel previsto no n.º 2 desta cláusula deverá respeitar os limites mínimos legalmente obrigatórios.

### Capítulo III - REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

#### Cláusula 27ª | Representação do cocontratante

1. Durante a execução do contrato, o cocontratante é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2. O cocontratante obriga-se, sob reserva de aceitação pelo contraente público, a confiar a sua representação a um técnico com a seguinte qualificação mínima prevista na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação.

3. Após a assinatura do contrato e antes da consignação, o cocontratante confirmará, por escrito, o nome do diretor de obra, indicando a sua qualificação técnica, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.

4. As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.

5. O diretor de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.

6. O contraente público poderá impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito, com base em razões objetivas e ou inerentes à atuação profissional do diretor de obra.

7. Na ausência ou impedimento do diretor de obra, o cocontratante é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.





8. O cocontratante deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho.
9. O cocontratante deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de aplicação do plano de gestão de resíduos da construção e demolição.

#### **Cláusula 28ª | Representação do contraente público**

1. Durante a execução o contraente público é representado por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
2. O contraente público notifica o cocontratante da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.
3. O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do contraente público em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo cocontratante nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do contrato.
4. O gestor do contrato tem poderes de representação do contraente público em todos os aspetos da execução do contrato, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do contrato.
5. Na falta de estipulação contratual, durante os períodos em que se encontrem ausentes ou impedidos, o diretor de fiscalização da obra e o gestor do contrato são substituídos pelas pessoas que os mesmos indicarem para esse efeito, desde que, no caso do diretor de fiscalização da obra, a designação do substituto seja aceite pelo contraente público e comunicada ao cocontratante.

#### **Cláusula 29ª | Livro de registo da obra**

1. O Cocontratante organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.
2. O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

### **Capítulo IV - OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO**

#### **Cláusula 30ª | Preço e condições de pagamento**

1. Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, deve o contraente público pagar ao cocontratante a quantia total resultante da proposta adjudicada, a qual não pode



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

exceder o preço base acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, no caso de o cocontratante ser sujeito passivo desse imposto pela execução do contrato.

2. O preço base é de 791 000,00 € (setecentos e noventa e um mil euros), a que acresce IVA à taxa legal em vigor, sendo o valor de cada lote o seguinte:

- a) LOTE 1 – 248 000,00 € (duzentos e quarenta e oito mil euros);
- b) LOTE 2 – 283 000,00 € (duzentos e oitenta e três mil euros);
- b) LOTE 3 – 260 000,00 € (duzentos e sessenta mil euros).

3. A despesa autorizada para a fixação do preço base do presente procedimento será assumida pelo Plano de Recuperação e Resiliência.

4. Os pagamentos a efetuar por lote, pelo contraente público têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na Cláusula 18ª do presente caderno de encargos.

5. Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 60 dias, após a apresentação da respetiva fatura.

6. Cada fatura, a emitir em nome da Direção Regional da Habitação, com o número de identificação fiscal 600 087 166, enquanto entidade executora do Plano de Recuperação e Resiliência, deve incluir os seguintes elementos:

- a) Número do Compromisso;
- b) Incidência do IVA, em separado;
- c) Emissão em nome da entidade adjudicante.

7. As faturas e os respetivos autos de medição serão elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo diretor de fiscalização da obra.

8. Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à efetiva realização daqueles.

9. No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.

10. O disposto no número anterior não prejudica o prazo de pagamento estabelecido no n.º 4 no que respeita à primeira fatura emitida, que se aplica quer para os valores desde logo aceites pelo diretor de fiscalização da obra, quer para os valores que vierem a ser aceites em momento posterior, mas que constavam da primeira fatura emitida.

11. O pagamento dos trabalhos complementares é feito com respeito pelas regras previstas nos números anteriores, tendo, contudo, como base, os preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP.





#### Cláusula 31ª | Reforço de caução

1. Para reforço da caução prestada, com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o cocontratante estiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a 2% desse pagamento.
2. A dedução prevista no n.º 1 pode ser substituído por títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, por garantia bancária à primeira solicitação ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior.

#### Cláusula 32ª | Adiantamentos e reembolso

1. O cocontratante pode solicitar, através de pedido fundamentado ao contraente público, um adiantamento de preço por conta de prestações a realizar ou de atos preparatórios ou acessórios dessas prestações, quando:
  - a) O valor dos adiantamentos não seja superior a 30% do preço contratual; e
  - b) Seja prestada caução de valor igual ou superior aos adiantamentos efetuados, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 88.º e 80.º, ambos do CCP.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, no caso da despesa inerente ao contrato se realizar em mais do que um ano económico, o contraente público pode conceder adiantamento de preço quando, até ao final do ano económico em que são efetuados os adiantamentos, sejam realizadas prestações ou praticados atos preparatórios ou acessórios das mesmas no montante igual ou superior aos valores adiantados.
3. Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do CCP, o adiantamento referido no número anterior só pode ser efetuado depois de o cocontratante ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro-caução, e caução ser expressamente aceite pelo contraente público.
4. Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do cocontratante.
5. A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efetuado pelo contraente público, nos termos do n.º 2 do artigo 295.º do CCP.
6. Decorrido o prazo da execução dos trabalhos abrangidos pelo adiantamento sem que tenha ocorrido a liberação da correspondente caução, o empreiteiro pode notificar o dono da obra para que este cumpra a obrigação de liberação da caução, ficando autorizado a promovê-la, a título parcial ou integral, se, **15 dias** após a notificação, o dono da obra não tiver dado cumprimento à referida obrigação, nos termos do n.º 9 do artigo 295.º do CCP.
7. Os adiantamentos concedidos nos termos da presente cláusula devem ser gradualmente reembolsados, mediante a dedução nos respetivos pagamentos contratuais, sendo as quantias a deduzir calculadas com base nas seguintes fórmulas:



- a) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja inferior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

$$V_{ri} = \frac{V_a}{V_t} \times V_{pt} - V_{rt}$$

- b) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja igual ou superior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

$$V_{ri} = \frac{V_a}{V_t} \times V'_{pt} - V_{rt}$$

em que:

$V_{ri}$  é o valor de cada reembolso a deduzir na situação de trabalhos contratuais;

$V_a$  é o valor do adiantamento;

$V_t$  é o valor dos trabalhos contratuais por realizar à data de pagamento do adiantamento;

$V_{pt}$  é o valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, até ao mês em que se processa o reembolso, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor;

$V'_{pt}$  é o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados até ao mês em que se processa o reembolso;

$V_{rt}$  é o valor acumulado dos reembolsos já deduzidos até ao mês em que se processa o reembolso.

#### Cláusula 33ª | **Mora no pagamento**

1. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o cocontratante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, os quais serão obrigatoriamente abonados ao cocontratante, independentemente de este os solicitar e incidirão sobre a totalidade da dívida.
2. O pagamento dos juros de mora referidos no número anterior deverá ser efetuado pelo contraente público no prazo de 15 dias a contar da data em que tenham ocorrido o pagamento dos trabalhos, as revisões ou acertos que lhes deram origem.

#### Cláusula 34ª | **Revisão de preços**

1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto, na modalidade de Fórmula, F01 – Edifícios de habitação.





2. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.
3. Os índices ponderados dos custos dos materiais publicados no Diário da República são relativos ao período a que respeita a revisão e ao mês anterior ao da data-limite fixada para a entrega das propostas.
4. A revisão de preços será sempre feita de acordo com o plano de pagamentos aprovado nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto.

## Capítulo V - RECEÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA OBRA

### Cláusula 35ª | **Receção provisória**

1. A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do cocontratante ou por iniciativa do contraente público, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.
2. No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.
3. O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

### Cláusula 36ª | **Prazo de garantia**

1. Os prazos de garantia são os previstos no n.º 2 do artigo 397.º do CCP.
2. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo contraente público, desde que suscetível de uso independente e autonomizável.

### Cláusula 37ª | **Receção definitiva**

1. No final do prazo de garantia previsto na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.
2. Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.
3. A receção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:
  - a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpra todas as exigências contratuamente previstas;
  - b) Cumprimento, pelo cocontratante, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.



4. No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do cocontratante, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o contraente público fixa o prazo para a correção dos problemas detetados por parte do Cocontratante, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

#### **Cláusula 38ª | Restituição de quantias retidas e liberação da caução**

1. Feita a receção definitiva de toda a obra, são restituídas ao cocontratante as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito.
2. No caso de haver lugar a receções definitivas parciais, a liberação da caução é promovida na proporção do valor respeitante à receção parcial.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, é aplicável ao contrato o regime de liberação da caução previsto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 81.º e artigo 82.º do RJCPRAA.

### **Capítulo VI - DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 39ª | Deveres de colaboração recíproca e informação**

1. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.
2. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
3. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
4. No prazo de 10 dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

#### **Cláusula 40ª | Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. A cessão da posição contratual e a subcontratação seguem o estatuído no capítulo VI do CCP.
2. O cocontratante não pode subcontratar ou ceder a sua posição contratual, ou qualquer direito e obrigação decorrente do contrato, sem autorização do contraente público.
3. A possibilidade de cessão da posição contratual deve constar expressamente do contrato, salvo nos casos específicos previstos nas alíneas a) e b) no n.º 1 do artigo 318.º do CCP.
4. A autorização da cessão da posição contratual prevista no número anterior depende:





a) Da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário que sejam exigidos ao cedente na fase de formação do contrato relativo ao presente procedimento;

b) Do preenchimento, por parte do potencial cessionário, dos requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira exigidos ao cedente para efeitos de qualificação, quando esta tenha tido lugar na fase de formação do contrato relativo ao presente procedimento;

5. Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

a) Nos termos do Artigo 318.º-A do CCP, o contrato pode prever que, em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento.

b) Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.

6. A autorização da subcontratação prevista no n.º 2 da presente cláusula depende:

a) Da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado que sejam exigidos ao subcontratante na fase de formação do contrato relativo ao presente procedimento;

b) Do preenchimento, por parte do potencial subcontratado, dos requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira exigidos ao subcontratante para efeitos de qualificação, quando o contrato subordinar expressamente a subcontratação à avaliação dessas capacidades ou de uma delas, ou do preenchimento, por parte do potencial subcontratado, dos requisitos mínimos de capacidade técnica relativos às prestações a subcontratar, sempre que o cocontratante recorra à capacidade de potenciais subcontratados, para efeitos de qualificação na fase de formação do contrato.

7. A autorização estabelecida no presente caderno de encargos, não dispensa a observância, no momento da cessão ou subcontratação, dos limites e requisitos previstos no artigo 317.º do CCP.

8. Nos termos previstos no artigo 321.º-A do CCP é conferido ao subcontratado o direito de reclamar, junto do Contraente Público, quaisquer pagamentos em atraso que lhe sejam devidos pelo Cocontratante, exercendo o Contraente Público o direito de retenção sobre as quantias do mesmo montante devidas ao cocontratante por força do contrato principal.

9. A possibilidade de pagamento direto ao subcontratado deve cumprir os requisitos e a tramitação legalmente prevista nos vários números do artigo referido no número anterior.

**Cláusula 41ª | Comunicações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.



2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 42ª | Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 43ª | Legislação aplicável**

Em todo o omissso no presente caderno de encargos aplicar-se-á o disposto no Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, no Código dos Contratos Públicos, a Lei n.º 41/2015 de 1 de junho, e em toda a demais legislação e regulamentação regional, nacional e comunitária especialmente aplicável.

**Cláusula 44ª | Documentação anexa**

Faz parte do clausulado a seguinte documentação anexa, para cada lote:

- a) Projetos de Arquitetura e Especialidades
- b) Mapa de Quantidades
- c) Condições Técnicas
- d) Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto
- e) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição